

A UNIFICAÇÃO DAS ESQUERDAS NO URUGUAI E A VIA CHILENA AO SOCIALISMO:

A IMPORTÂNCIA DA UNIDADE POPULAR NO
PROCESSO DE CRIAÇÃO DA FRENTE AMPLA¹

André Lopes Ferreira²

Por si só distintas, as experiências de unificação das esquerdas no Chile (1969) e no Uruguai (1971) apresentam também pontos de contato que podem ser objetos de análise. Praticamente contemporâneos um ao outro, os dois processos se desenvolveram em um contexto regional marcado pela radicalização e pela violência política, bem como pela profusão de guerrilhas urbanas e rurais não apenas no Cone Sul como em toda a América Latina. Em que pese as muitas diferenças, deve-se reconhecer que, em ambos os países, setores importantes da esquerda buscaram construir uma alternativa progressista à luta armada dentro de parâmetros democráticos e legais, o que notabilizou tanto a Unidade Popular (UP) como a Frente Ampla (FA) naquela conjuntura.

Entre outras coisas, Unidade Popular e Frente Ampla se distinguem pelo fato de a coalizão chilena ter chegado ao poder com Salvador Allende, no final de 1970, ao passo que os *frentistas*, ou *frenteampelistas* uruguaios, apesar do importante número de votos conquistados, não conseguiram eleger seu candidato à presidência na primeira disputa eleitoral da FA, ocorrida em novembro de 1971. Nesse sentido, a UP, cujo surgimento é um pouco anterior, alimentou uma série de debates e polêmicas entre os partidários da unidade política no Uruguai, uma vez que mostrava como uma aliança de esquerda não só era possível como poderia obter sucesso.

No entanto, embora a constituição e triunfo da UP tenham se convertido em uma referência fundamental para os gestores da Frente Ampla uruguia, a busca pela unidade das esquerdas no pequeno país é muito anterior a esses fatos, retroagindo a meados dos anos 1950. Destarte, o caminho que levou ao entendimento foi marcado por avanços, retrocessos e um aprendizado político de pelo menos uma década.

Defendida formalmente pelos comunistas desde 1955³, a unificação foi parte da agenda tanto do Partido Comunista do Uruguai (PCU) como do Partido Socialista (PS), o qual, à sua maneira, também preconizava a constituição de uma frente político-partidária para combater a hegemonia de *blancos* e *colorados*⁴, então as principais forças políticas nacionais.

Durante a campanha para as eleições de 1962, uma acalorada discussão entre PCU e PS mobilizou os meios de esquerda, envolvendo ainda outros segmentos políticos menos circunscritos, como o grupo de jornalistas e intelectuais que escrevia no semanário independente *Marcha*. As tentativas de acordo acabaram fracassando e resultaram na criação de duas coalizões: a Frente Izquierda de Liberación (FideL), capitaneada pelos comunistas, e a Unión Popular, que tinha o Partido Socialista como principal força. Os resultados dessa eleição ficaram muito aquém do que os dois partidos esperavam, mas principalmente o PS sofreu danos, com a perda de sua pequena representação parlamentar e o início de um profundo descenso político.

Cabe destacar que forças e atores extrapartidários contribuíram igualmente para a aproximação das esquerdas nos anos seguintes. De perfil independente e combativo, o movimento sindical uruguio, surgido ainda no final do século XIX, finalmente unificou-se com a Convención Nacional de Trabajadores (CNT), consolidada entre 1964 e 1966. Tal episódio teve consequências inegáveis para o entendimento entre os partidos minoritários e a criação da Frente Ampla algum tempo depois. O programa de reivindicações da CNT foi retomado nas Bases Programáticas⁵ da FA quase integralmente, trazendo assim uma grande quantidade de trabalhadores para sua área de influência.

Em 1965, por sua vez, o sindicalismo e inúmeros movimentos sociais organizados realizaram o Congreso del Pueblo⁶, cujo objetivo foi discutir a estagnação econômica vivida pelo país e apontar saídas; muitas das deliberações desse evento foram incorporadas pela Frente Ampla posteriormente.

O debate em torno da unidade ganhou força quando, a partir de 1968, vieram à tona os primeiros capítulos de uma escalada autoritária iniciada na gestão do presidente Jorge Pacheco Areco, do Partido Colorado. A adoção pelo governo das Medidas Prontas de Seguridad, que suspendiam garantias e direitos individuais básicos, abriu caminho para a repressão dos movimentos políticos e sociais de oposição e também permitiu ao Executivo programar políticas de extrema liberalização econômica, atingindo principalmente os setores assalariados, já golpeados pela crise.

Ao mesmo tempo, grupos armados de extrema-esquerda mobilizavam mais e mais adeptos realizando ações prontamente respondidas pelas forças policiais. Esta polarização, manifestada no abuso das leis, na proscrição de partidos e organizações políticas e no aumento da violência de lado a lado, levou o Partido Demócrata-Cristão (PDC) a conclamar, em junho de 1968, a formação de uma grande força opositora como resposta legal à grave situação.

Desse modo, defendendo posições ideológicas diferentes, mas convergindo quanto à necessidade de se unificarem no plano eleitoral, o Partido Demócrata-Cristão, o Partido Comunista do Uruguai, o Partido Socialista, bem como vários grupos progressistas egressos dos partidos majoritários – Partido Colorado e Partido Nacional (Blanco) – travaram longas discussões, de junho de 1968 até o fim de 1970, em busca de uma fórmula que permitisse a coligação entre todos. Ao final desse período, superando dificuldades de diversas naturezas, acertaram os termos para a constituição da Frente Ampla, formalizada em fevereiro de 1971.

Na verdade, ao perfazer o caminho da unidade política no país, vemos que o acordo firmado em 1971 foi a confluência de basicamente dois projetos, que, embora pudessem dialogar, eram animados por propósitos diversos e informados por ideologias que tampouco coincidiam.

Antes de tudo, a FA materializou uma antiga ambição dos partidos de esquerda. Partilhando um vocabulário político semelhante, mas nem sempre convergente, havia anos que comunistas e socialistas defendiam a necessidade de uma frente de libertação no Uruguai. No discurso do PCU, essa frente aparecia em geral acompanhada do adjetivo “democrática”, enquanto o PS, na maioria das vezes, preferia caracterizá-la como “revolucionária”. As desavenças entre esses grupos, é claro, ultrapassavam a simples definição terminológica do movimento; tinham a ver com a participação ou não da burguesia

nacional no processo, a primazia do proletariado na revolução, o uso ou abandono de formas de produção capitalista na passagem ao socialismo etc.

Anos depois, a questão da unidade passou a integrar a agenda de outras correntes políticas, notadamente a Democracia-Cristã, se bem que, nesse caso, o tema não era um ponto programático do partido, e sim uma resposta contingencial de seus dirigentes ao esfacelamento político-institucional e aos episódios cada vez mais comuns de violência política. Nesse ínterim, o chamado dos democratas cristãos sugeria também um caminho alternativo à guerrilha dos Tupamaros.

Entre 1968 e 1971, ambos os projetos – o dos marxistas e o do PDC – encontraram-se. Se existia uma coincidência de intenções, quer dizer, o consenso de que era necessário unificar forças e combater Pacheco Areco, outros obstáculos se impunham. Primeiro, o número de virtuais interessados em se coligar havia aumentado, ou seja, mais variáveis tinham de ser consideradas e interesses específicos contemplados em vista de um possível acerto político. Além disso, um problema antes circunscrito aos partidos socialista e comunista, a saber, a inclusão ou exclusão do PCU nesse pacto, continuava pendente e devia agora ser resolvido por todos.

A adesão de grupos saídos dos partidos majoritários, como a *Lista 99* do Partido Colorado, bem como do *Movimiento Blanco Popular y Progresista* (MBPP) oriundo do Partido Nacional, representou um ganho efetivo ao projeto unitário. Se essas forças fizeram exigências ao negociar seu ingresso na coalizão, traziam igualmente um potencial número de eleitores consigo. Isso garantia que a futura base de apoio não se restringiria apenas aos simpatizantes dos partidos minoritários, mas abrangeria também aqueles votantes já desiludidos com as ofertas políticas tradicionais e que dificilmente votariam nas esquerdas *stricto sensu*.

Em suma, a dificuldade de avaliar o impacto da Unidade Popular do Chile na formação da Frente Ampla reside na própria heterogeneidade dessa última organização. Como tendência geral, os membros da FA se referiam e se apropriavam da experiência da UP de maneira particular, às vezes antagonica uns aos outros. Além disso, como veremos, a esquerda chilena era objeto de debate entre os uruguaios desde antes da estrepitosa vitória de Allende.

O exemplo chileno antes da Unidade Popular

Ao longo dos anos 1960, a experiência internacional mais importante para o conjunto das esquerdas latino-americanas foi, sem dúvida, a Revolução Cubana. Por seu significado e desdobramentos, o processo revolucionário cubano impactou fortemente na trajetória de organizações políticas de toda

a região. Não obstante, outros exemplos também foram mobilizados e incorporados ao debate dos círculos marxistas. No caso uruguaio, por exemplo, diferentes regimes e países como Peru, Bolívia, Congo e Egito se tornariam motes para a discussão político-ideológica, sobretudo no Partido Socialista, que experimentava uma profunda renovação interna.

A mudança de nomes nos quadros centrais desse grupo surtiu um claro realinhamento ideológico, afastando-o dos referenciais social-democratas que haviam pautado sua atuação até aquele momento. O anti-imperialismo passou assim a fazer parte do discurso do PS como peça-chave e, embora tenha havido uma franca aproximação da sigla com o marxismo, eram contundentes suas críticas ao sistema soviético. Entrementes, os trabalhos de Vivian Trias, teórico e dirigente do partido, também incorporam ao ideário socialista o conceito de terceiro-mundismo⁷, fruto de um contexto mais amplo marcado pelo advento da Revolução Chinesa e das lutas anticolonialistas na África e Ásia⁸.

Para o comunismo, como já apontado, a união dos setores progressistas em uma frente política era um objetivo explícito desde seu XVI Congresso, realizado em 1955. Em 1956, Arismendi tornou públicas duas cartas de sua autoria enviadas ao Partido Socialista⁹. Na verdade, essas cartas podem ser entendidas como convites políticos e seu intuito principal havia sido adiantado no ano anterior. Segundo o discurso do Partido Comunista, um fim comum, o socialismo, e um inimigo comum, o imperialismo, faziam com que a unidade entre as duas forças fosse não apenas desejável, mas algo promissor.

Na prática, a disposição tomada pelo PCU naquele congresso consolidaria uma postura política bastante heterodoxa dali em diante, de forma que, nos anos seguintes, o grupo fez reiterados convites ao Partido Socialista para a composição de uma aliança. Por razões que não cabe aprofundar nesse artigo, o PS declinaria das propostas feitas em 1956, bem como da aliança sugerida pelos comunistas para as eleições de 1962. Também no pleito de 1966, embora tenha havido negociações no sentido de uma plataforma comum, igualmente não se chegou a bom termo.

Assim, em 1962 o socialismo uruguaio recusaria integrar-se à Frente Izquierda de Liberación (FideL), força dominada pelo PCU e cujo lema era a unidade sem exclusões¹⁰. Nessa ocasião, suas lideranças preferiram compor uma frente própria, a Unión Popular, formada basicamente pelo PS e por setores posicionados à sua direita. Alegava-se que uma coalizão que incluísse os comunistas certamente afastaria possíveis eleitores *blancos* e *colorados*, os quais, embora decepcionados com os partidos majoritários, não apoiariam um arranjo político dessa natureza.

O debate em torno da unidade dos partidos minoritários foi indubitavelmente o eixo das discussões das esquerdas naquele ano. Em fevereiro, um

texto de *El Sol*, órgão porta-voz do Partido Socialista, firmava a posição que o grupo manteve durante todo o ano. Em “Unidade sem exclusões, um mito”, atacava-se a proposta de frente política do PCU como sendo fruto de um superotimismo. De forma direta, *El Sol* acusava a existência de duas estratégias unitárias: “A nossa, o movimento nacional e popular, adequado à nossa realidade, e conectado ao processo histórico uruguaio, é a que aglutinará os mais amplos setores populares”¹¹; depois, apresentava-se a dos comunistas, a qual constituiria uma trava objetiva a um pujante movimento de massas.

A resposta comunista veio por muitos caminhos e de diversas formas, inclusive apontando países nos quais supostamente havia entendimento entre as forças progressistas. Além do exemplo de Cuba¹², é claro, podemos notar várias referências à esquerda chilena, alçada à condição de modelo a ser seguido para os uruguaios defensores da unidade. Assim, esperando demonstrar o erro cometido pelos socialistas ao excluir o PCU de sua coalizão, afirmava-se:

O exemplo do Chile é instrutivo. Marchando rumo a uma grande vitória em 1964, a FRAP [Frente de Ação Popular], na qual se agrupam o Partido Comunista, o Partido Socialista, o Partido Democrático Nacional e outras frações menores – em uma eleição parcial para deputado por um distrito residencial da capital chilena –, ganhou 15 mil votos, enquanto o candidato governista perdeu 18 mil sufrágios em relação ao ano anterior. [...] ¹³

Os comunistas faziam a leitura do processo político chileno ressaltando a convergência das esquerdas de maneira a confrontá-la com o divisionismo fomentado pelo Partido Socialista no Uruguai. A utilização daquele exemplo pelo PCU era na verdade bastante superficial, já que se omitia uma série de desencontros entre comunistas e socialistas no Chile, isto é, apresentava-se a FRAP como livre de atritos entre seus componentes.

Tal qual o PCU, desde os anos 1950, o Partido Comunista Chileno tinha como meta a revolução de libertação nacional, articulando a essa estratégia tarefas clássicas, como a reforma agrária e a nacionalização de empresas vinculadas a interesses imperialistas. Outra questão central no discurso do PC chileno era a transição pacífica ao socialismo, o que pressupunha a construção de amplas alianças políticas com outros setores da esquerda e com a burguesia nacional¹⁴. Ao contrário do que deixa entender o texto de *El Popular*, no Chile, comunistas e socialistas não mantinham posições coincidentes, e a FRAP, na verdade, era o resultado de duras negociações entre essas forças. Segundo Alberto Aggio,

No âmbito da esquerda, por sua vez, o início da década de 60 esteve marcado pela polêmica entre comunistas e socialistas frente às vias de acesso ao poder.

No PC, prevalecia o caminho pacífico e a linha de alianças para o cumprimento da etapa de libertação nacional. [...]

Já no PS, em virtude da Revolução Cubana, prevalecia um discurso que enfatizava a inevitabilidade da confrontação de classes e a proximidade da insurreição. Os socialistas rejeitavam a política de alianças do PC e pautavam-se pela crítica ao gradualismo, à ilusão frente à “democracia burguesa” e à legalidade institucional. [...]¹⁵

Apesar de se posicionar contra as ilusões da democracia burguesa e a legalidade institucional, o Partido Socialista chileno acabou apoiando a FRAP em 1964, pois julgava possível uma vitória nas urnas com a candidatura de Salvador Allende¹⁶. O desempenho da coalizão, no entanto, ficou abaixo das expectativas e aquelas eleições foram vencidas por outra força que se consolidava: a Democracia-Cristã, com Eduardo Frei.

Ao se referirem às experiências políticas internacionais, fosse Cuba ou o próprio Chile, os comunistas uruguaios tentavam legitimar sua atuação e, ao mesmo tempo, convencer os outros grupos, especialmente o Partido Socialista, de que a unidade sem exclusões era a única possibilidade para que os partidos minoritários ultrapassassem os 10% do eleitorado, teto que geralmente obtinham. O entendimento, porém, só viria mais tarde, no âmbito da criação da Frente Ampla.

Nos dez anos, aproximadamente, em que o tema da unidade política figurou na pauta dos partidos minoritários – de 1962 até o surgimento da FA em 1971 –, os proponentes dessa aliança, marxistas ou não, teriam sempre de lidar com o dilema representado pela inclusão ou exclusão dos comunistas da mesa de negociações. Por diferentes motivos, todas as propostas de coalizão eleitoral que não partiam do próprio PCU opunham resistência à participação desse grupo.

Unidade Popular e Frente Ampla

A deterioração institucional, notada a partir de 1968, de alguma forma estimulou a aproximação das forças progressistas no Uruguai. Quando a Democracia-Cristã convocou toda a oposição para fazer frente a Pacheco Areco, até a velha reserva em relação ao comunismo foi posta de lado, ainda que não completamente. O PDC, embora declarasse impossível a adesão do partido à FIDEL, não descartava que os comunistas e seus aliados viessem a participar da constituição de outra força unitária; posto, é claro, que atendessem aos *postulados mínimos* exigidos e que houvesse outras condições favoráveis.

Juan Pablo Terra, principal liderança democrata-cristã, declarou a *Marcha*, no final de 1969, que a presença comunista em uma eventual frente da oposição só poderia ocorrer caso houvesse mais integrantes envolvidos na empresa, ou seja, um acordo bilateral entre PDC e PCU estava fora de cogitação. Segundo ele, “as diferenças são muito profundas para esquecê-las em nome de um acordo oportunista que não levaria a nada. Isso não exclui que coincidamos em certos casos, por exemplo, ao resistir à ditadura de direita, ou ao defender os sindicatos ou os salários”¹⁷.

Nesse momento, porém, a limitada compatibilidade entre PDC e PCU, traduzida na oposição que faziam ao governo de Pacheco Areco, não foi capaz de se sobrepôr às divergências ideológicas. O Partido Comunista se desapontou quando soube que, de acordo com a última entrevista de Terra, o PDC não se uniria à FideL ou ao próprio PCU por conta das alegadas *profundas diferenças*. Conforme o editorial “A divisão, uma carta fracassada”¹⁸, de *El Popular*, a evasiva do Partido Democrata Cristão já havia sido usada outras vezes – referindo-se provavelmente às negativas do socialismo em anos anteriores – e sempre levava ao fracasso.

Além de rebater as declarações de Juan Pablo Terra, é importante notar que, nesse editorial, o PCU fez uma das primeiras menções a um tema muito recorrente no processo de fundação da Frente Ampla: o exemplo chileno¹⁹. Nesse caso, a referência servia para criticar o outro partido:

Como bem dizia o camarada Arismendi no encontro inaugural do Congresso da Juventude Comunista, o PDC não aproveita os ensinamentos do Chile, onde Frei – cuja ascensão provocou tantos aplausos no PDC de nosso país – levantou o estandarte da “revolução em liberdade” para logo castigar não apenas o povo, derramando sangue de operários e camponeses, como também muitos setores de seu próprio partido, que depois formaram o MAPU, que hoje busca o caminho da união junto a socialistas e comunistas. [...] ²⁰.

Destarte, cada vez mais a política interna do Chile alimentaria o debate entre os que eram favoráveis à unificação dos partidos minoritários no Uruguai, embora cada um deles se apropriasse do caso a seu modo. Como se vê, mesmo antes do triunfo de Salvador Allende com a UP – o que ocorreu quase um ano mais tarde –, os embates políticos daquele país já serviam como fonte de argumentação para os comunistas uruguaios.

Ao acabar o ano de 1969, diante da crise político-institucional que se aprofundava a olhos vistos, crescia nos setores progressistas a percepção de que apenas uma força interpartidária poderia resolver os graves problemas nacionais. Havia uma espécie de consenso – tácito para alguns e explícito

para outros – de que a solução frentista²¹, sugerida pela Democracia-Cristã, apresentava-se como a única possibilidade para enfrentar Pacheco Areco, tanto naquele instante como nas eleições vindouras. Em contrapartida, restava aclarar quais seriam o desenho e os partícipes dessa frente, e justamente aí residiam as maiores discordâncias e atritos.

No decorrer de 1970, o projeto de unidade das forças de oposição desenvolveu-se quase integralmente. Mesmo que a oficialização da Frente Ampla acontecesse apenas em fevereiro do ano seguinte, as negociações avançaram como nunca e os acordos políticos mais importantes foram feitos. Em meio a medidas excessivas do governo, como a intervenção no ensino secundário²², e ações armadas de grande repercussão por parte dos Tupamaros, incluindo a morte de Dan Mitrione – agente norte-americano ligado à tortura de esquerdistas²³ –, os interessados em forjar a aliança oposicionista pareciam esforçar-se em buscar ou criar as coincidências necessárias para tanto.

A heterogeneidade política das forças que acabariam confluindo na FA era nítida; contudo, além desse obstáculo de ordem ideológica, havia outros mais prementes. Urgia encontrar uma fórmula legal para a coligação das forças interessadas na unidade, uma vez que a complexa lei eleitoral uruguaia impunha enormes entraves nesse particular. Tais empecilhos já vinham sendo apontados pelo Partido Socialista na esfera mais restrita das esquerdas, mas também na visão do socialismo isso poderia ser superado.

Há – é uma realidade – distintas forças de esquerda. E a experiência nacional e internacional tem demonstrado a necessidade de enfrentar, com a maior unidade possível, em ações comuns, a luta pela libertação. *Uma união que permita encontrar o denominador comum, que leve a empreender ações conjuntas, que decida, em primeira instância, por unanimidade* (o que garantiria um debate de sua direção para convencer e não simplesmente para acumular votos), pode ser um primeiro passo fundamental²⁴.

Como parece claro, a consciência das dificuldades implícitas na criação de uma frente partidária era compartilhada por todos, independentemente de suas origens e posições no campo político. Nesse ínterim, no mês de setembro, a vitória da Unidade Popular no Chile funcionou como um catalisador das opiniões favoráveis ao acordo entre os oposicionistas uruguaiois.

No entanto, o acesso da Unidade Popular ao poder se deu em um clima tenso e cheio de incertezas, o que mostrava aos entusiastas da experiência no Uruguai o quão delicado era o manejo de uma coalizão dessa natureza. A apertada vantagem de Salvador Allende sobre o segundo colocado nas eleições foi de menos de dois pontos percentuais²⁵ e já que não houve maioria

de votos, o candidato eleito se viu obrigado a negociar com outros partidos a ratificação de sua vitória pelo Congresso Nacional²⁶.

Mediante a aceitação de uma série de compromissos por parte da UP, a Democracia-Cristã acabou apoiando a posse de Allende, o que resolveu somente uma parte da questão. Uma vez diplomado, o novo presidente teve de lidar com a grande diversidade político-ideológica da aliança que o conduziu ao Executivo e com a insubordinação de setores de seu próprio partido²⁷.

A eleição do primeiro presidente socialista das Américas repercutiu fortemente no Uruguai, onde a imprensa ligada aos partidos tradicionais alardeou sobre o *horizonte nebuloso* no qual mergulhavam o Chile e sua democracia²⁸. Todavia, desde muito antes da vitória da UP, como já foi lembrado, a política chilena era objeto de debates no país, sobretudo entre os partidos minoritários.

Assim, quando ainda em janeiro Salvador Allende foi escolhido como candidato pela Unidade Popular, o PCU destacava a política unitária dos comunistas chilenos, tomando-a como exemplo para a própria atuação. Nesse sentido, os dois outros postulantes à presidência, Jorge Alessandri, do Partido Nacional, e Radomiro Tomic, pela DC, eram retratados como “os candidatos da oligarquia direitista e do continuísmo democrata-cristão”²⁹. Salientava-se igualmente a importância do XIV Congresso do Partido Comunista do Chile, realizado em 1969, ocasião na qual “se estabeleceu a importante tese de que o futuro governo popular deverá integrar-se com a participação de todos os setores e partidos populares, conformando um governo de tipo pluripartidário”³⁰.

Quanto à significação da unidade das esquerdas, *El Popular* afirmava que o fato se revestia de importância não apenas para o Chile, mas para toda a América. Em relação ao Uruguai: “[...] É um grande exemplo com o qual deve aprender o povo uruguaio, seus partidos de esquerda, suas forças populares”³¹.

Dirigente da Juventude Comunista nessa época, Esteban Valenti considera que, para os uruguaios, o Chile era o exemplo político de maior importância regionalmente. Em suas palavras:

Creio que o único, que assim me lembre, a Unidade Popular do Chile foi obviamente uma referência importante. Era diferente, muito diferente! *Era basicamente a unidade de comunistas, socialistas e algo mais no Chile, digamos, tinha mais força que nós, mas foi uma referência. O triunfo eleitoral de Salvador Allende foi um impulso!*³²

Postura bem diversa foi a tomada pelo Partido Democrata-Cristão diante do assunto. Embora viesse defendendo a bandeira da unidade oposicionista

desde 1968, é óbvio que o grupo tinha mais afinidades políticas com a DC chilena, força que, por sua vez, não fazia parte da Unidade Popular. Segundo o depoimento de Romeo Pérez, membro do PDC:

A Unidade Popular, de todas as maneiras, era considerada por todos como um antecedente válido. Agora, o PDC não gostava muito dela como antecedente para a Frente Ampla, porque a Unidade Popular estava... Não monopolizada, mas dominada por dois partidos marxistas, o Partido Comunista e o Partido Socialista. É verdade que havia o Partido Radical, que não era marxista, mas aqui se queria que a Frente Ampla não fosse dominada pelas alternativas marxistas; que estas a integrassem mas que não fossem absolutamente majoritárias como no Chile. Mas, claro, os comunistas e socialistas gostavam do antecedente chileno³³.

No mesmo sentido falou Carlos Baráibar³⁴, secretário-geral da Juventude Democrata-Cristã da América Latina e deputado eleito pela Frente Ampla, em 1971:

E no Chile a Unidade Popular, como surge na mesma época, muita gente a tomava como referência, quase como espelho. Porém, claramente há diferenças, claramente a Unidade Popular tinha uma concepção basicamente marxista, uma concepção que além disso era fundamentalmente comunistas e socialistas enfrentando a Democracia-Cristã, enquanto no Uruguai a Democracia-Cristã e o Partido Comunista e também o Partido Socialista estavam absolutamente ligados³⁵.

Antes que *El Popular* informasse a candidatura de Allende, o PDC uruguaio enviou a Santiago um repórter de seu jornal, *Flecha*, para entrevistar Radomiro Tomic, então apresentado como “candidato da Democracia-Cristã e provável próximo presidente do Chile”³⁶. As perguntas procuravam explorar o programa e posicionamentos da DC, assim como suas diferenças com a esquerda. Segundo afirmava Tomic:

Em minha opinião, a principal diferença reside em que a Democracia-Cristã, cujo Vaticano está no Chile e somente no Chile, busca a Unidade Popular por razões que correspondem direta e autenticamente ao interesse do povo como tal, e do Chile como nação, enquanto outros fazem da unidade popular uma mera estratégia eleitoral, destinada a ganhar votos explorando de forma negativa objetivos secundários ou mesquinhos, mesmo ao custo de sacrificar uma conjuntura histórica excepcional para unir o povo chileno e dar outro destino ao país como é a conjuntura que temporariamente temos diante de nós³⁷.

A seguir, comparando-se ao candidato da Unidade Popular, ele ponderava: “O senador Allende é marxista e eu não sou. É verdade que essas diferenças no plano da Filosofia não se traduzem tão diretamente no plano da realidade concreta, porque o governo dos povos não se faz com meras locuções”³⁸. Tomic ainda foi perguntado acerca das características da Revolução Chilena, respondendo que ela deveria ser anticapitalista e anti-imperialista, por sinal as únicas palavras da entrevista grafadas integralmente em letras maiúsculas³⁹.

A forma como *Flecha* encaminhou a referida entrevista e o teor das perguntas dirigidas a Radomiro Tomic não eram casuais. Ainda que, de maneira indireta, as respostas que o político era levado a dar induziam o leitor a pensar também nas diferenças entre a Democracia-Cristã e os marxistas no Uruguai. Do mesmo modo, no tocante à revolução, as críticas de Tomic aos privilégios e lucro privado engendrados pelo capitalismo o aproximavam das reflexões de Juan Pablo Terra, contumaz defensor do ideal comunitário⁴⁰.

Se *Flecha* dera voz ao candidato democrata-cristão, *El Popular*, sem demora, publicou uma conversa telefônica com o aspirante ao governo pela Unidade Popular. Provavelmente frutos de edição, os trechos da entrevista que vieram a público centravam-se na temática da unidade ampla e profunda das esquerdas e os meios para alcançá-la. Conforme dizia Allende: “É ampla porque junto aos partidos marxistas se unem partidos de filosofia distinta, cristãos revolucionários, social-democratas e independentes de esquerda”⁴¹. Um pouco mais adiante:

Pela primeira vez se alcança no Chile a estruturação de um movimento nacional revolucionário, anti-imperialista, que, além das forças políticas de esquerda, conta com o apoio das forças sociais, a exemplo da classe operária, o campesinato, os estudantes. [...] *A vontade unitária se expressou em um programa no qual cada partido abdicou de alguns de seus próprios pontos programáticos*. O conjunto tem vigor em seu conteúdo, e está orientado pelo questionamento da situação atual e do regime, para abrir caminho ao socialismo⁴².

Diferentes por tantas razões, o Chile e sua política se converteram em uma referência obrigatória para os partidos minoritários que integraram a Frente Ampla; força que, depois de constituída, curiosamente abrangeu elementos mais díspares que a própria Unidade Popular, incluindo a Democracia-Cristã. De resto, também no Uruguai cada signatário da Declaração Constitutiva ⁴³ da FA teve de ceder em determinados pontos para tornar a aliança possível.

Por uma questão óbvia, o Partido Socialista uruguaio celebrou vivamente o triunfo de Allende, o qual era entendido como a culminação de um longo processo de lutas do povo chileno⁴⁴. Todavia, entre telegramas de felicitação e apoio ao partido irmão⁴⁵, o grupo era cauteloso ao assinalar que as condições no Uruguai eram distintas das do Chile: “Há aqueles que, levando em conta a ressonante batalha vencida pelas forças populares no Chile, pretendem sem mais cautela transplantar os fatos do Chile para a realidade uruguaia”⁴⁶. De acordo com o PS, havia que se extrair daquela experiência o valor do esforço disciplinado, a avaliação correta da conjuntura política, a tenacidade, entre outros aspectos⁴⁷.

Lembrava-se ainda que, no Uruguai, ao contrário do outro país, havia organizações políticas proscritas, referindo-se ao próprio Partido Socialista, na clandestinidade desde o final de 1967⁴⁸. No mais, a negociação para o reconhecimento da Unidade Popular como ganhadora das eleições foi acompanhada com grande entusiasmo⁴⁹, inclusive com a ida de uma delegação a Santiago para prestigiar Salvador Allende quando de sua posse⁵⁰. Sobre a vitória da UP e vários outros exemplos políticos, José Enrique Díaz, na época secretário-geral do PS, declarou em entrevista ao autor:

Nos anos 50 nós absorvemos muito das experiências revolucionárias latino-americanas. Já citei a revolução nacional da Bolívia em 1952 que impactou fortemente, Paz Estenssoro estava exilado aqui quando se faz a revolução e levam ele que havia ganhado as eleições e não haviam lhe entregado o governo. Também influiu muito a Revolução Guatemalteca, aqui tivemos exilados da Guatemala [...]. Arbenz já no exílio fez uma parte de seu exílio aqui no Uruguai, ou seja, a Revolução Guatemalteca também nos influenciou muito, e temos que falar também da revolução Cubana. *Porém, no projeto, digamos, de central única uruguaia, de unidade popular uruguaia, o Chile teve significação especial para nós. Por uma relação muito estreita do Partido Socialista do Chile com o nosso, do Partido Comunista do Chile com o Partido Comunista Uruguaio, havia uma grande sintonia*⁵¹.

Em sua edição de 11 de setembro, *Marcha* estampou uma foto de Allende ocupando quase toda a primeira página, com a manchete: “Chile: exemplo e esperança”⁵². No mesmo número, um extenso artigo de Oscar Bruscherá⁵³ dava conta da importância daquele fato, tratando-o como “Uma vitória para celebrar, muitos ensinamentos para colher”⁵⁴. Dos ensinamentos, salientava-se a viabilidade do caminho eleitoral, já desacreditado por muitos: “Também nas urnas a oligarquia e os altos funcionários que nelas atuam a serviço do império podem ser derrotados. Esta é uma lição do exemplo chileno”⁵⁵.

Em seguida: “A esquerda chilena não improvisou sua tática. Vencendo as mil dificuldades de uma empreitada como essa, começou estruturando um sólido entendimento dos partidos marxistas, aos que se juntaram agora forças de outras procedências”.⁵⁶

Em relação às dificuldades superadas pela Unidade Popular:

São longos anos de trabalho paciente, onde houve, é claro, problemas; onde foi necessário vencer preconceitos e impaciências; onde foi preciso contemporizar e ceder, mas que ao mesmo tempo fortaleceu os quadros de militantes, lhes deu confiança e fé, lhes ensinou a forma de superar as manobras dos inimigos e envolveu crescentes setores da cidadania na convicção de que somente por esse caminho se podia alcançar o objetivo proposto⁵⁷.

Ao seguir a argumentação de Bruschera, vemos que o cenário uruguaio é retratado como a antítese do chileno, comparação feita com grande pesar, já que “esse exemplo nos bate na cara”⁵⁸. Em sua opinião, apesar de haver no Uruguai uma convicção crescente quanto à arbitrariedade do regime e o processo de decomposição social, a oposição “não conseguiu cristalizar um bloco unitário sólido para o qual convirjam as múltiplas identidades, contornando as mínimas discordâncias”⁵⁹.

Ariel Collazo, líder do Movimiento Revolucionario Oriental (MRO), grupo que integraria a Frente Ampla, também apontava similitudes e diferenças entre os casos do Uruguai e do Chile. Desde 1962, quando aderiu à FIdel, junto com o PCU, sua organização era favorável à unidade das esquerdas no plano eleitoral, se bem que outras formas de luta eram igualmente aceitas como legítimas, inclusive a armada. Na opinião de Collazo, o Uruguai guardava mais semelhanças com o Chile do que com a Argentina ou o Brasil, mas essas similaridades acabavam ao se levar em conta o flagrante autoritarismo do governo uruguaio, com a cassação de partidos políticos – entre eles o MRO –, o fechamento de jornais e a prisão e morte de oposicionistas⁶⁰.

Considerações finais

Acredito que a Unidade Popular do Chile, bem como outros exemplos políticos sul-americanos, foram referências importantes na criação da Frente Ampla. Os segmentos progressistas do Uruguai não eram alheios ao que acontecia no entorno regional e tampouco estavam isolados. Dessa forma, é natural que determinadas experiências tenham sido articuladas ao debate interno, redimensionando muitas discussões locais. No caso dos partidos marxistas, notadamente o PCU, ainda há que se considerar questões específicas.

Alinhado a Moscou e ao chamado Movimento Comunista Internacional, o grupo entendia a revolução como um fenômeno que não deveria se restringir a esse ou àquele país; ao contrário, tratava-se de um processo mais abrangente, continental⁶¹. Nesse sentido, tomar a UP como modelo para as forças de esquerda uruguaias era algo factível e condizente.

Entretanto, a unificação político-eleitoral era um velho projeto dos partidos minoritários, sobretudo o Comunista e o Socialista, e vinha sendo buscada desde muito antes da vitória de Salvador Allende. Vale dizer, o chamado à unidade feito pelo PDC uruguaio também era anterior a essa conquista. Assim, os debates que levaram à criação da Frente Ampla não foram, está claro, um simples reflexo do triunfo da Unidade Popular ou algo que o valha.

Diante de uma crise sem precedentes, a oposição uruguaia buscou caminhos que podiam, é verdade, ser inspirados pela bem-sucedida experiência da esquerda chilena, mas que respondiam igualmente a obstáculos específicos impostos pelo sistema político-eleitoral do país.

Em síntese, observamos que, no contexto de criação da Frente Ampla, havia no Cone Sul várias e diferentes experiências frentistas em andamento. Como demonstrei, por sua configuração, a Unidade Popular do Chile foi a que mais teve importância para os uruguaios, constituindo uma referência política indispensável. Agregando comunistas, socialistas e praticamente toda a esquerda chilena, a UP serviu de mote para os defensores da unidade sem exclusões no Uruguai. Todavia, o caso se prestou a diferentes apropriações no âmbito da FA, já que a Democracia-Cristã, por exemplo, tinha reservas quanto ao predomínio marxista naquele projeto. De qualquer maneira, o êxito de Salvador Allende por meio do voto gerou imensas expectativas entre os que ainda acreditavam ser possível alcançar o socialismo por meios legais e ordinários.

Um pouco depois, na Argentina, criou-se a Frente Justicialista de Liberación (Frejuli), a qual também foi vitoriosa nas eleições de 1973. Isso atraiu o olhar de Liber Seregni – candidato à presidência da FA – e outros dirigentes da organização, guardadas as diferenças entre as esquerdas nos dois países. O fato é que nunca houve no Uruguai um movimento popular de massas como o peronismo. A tentativa dos argentinos de articular essa força político-social na estrutura de uma frente partidária de fato chamava a atenção.

No Brasil, a oposição consentida do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) explorava, à sua maneira, a única alternativa institucional que havia restado aos que não compactuavam com o regime militar, posto que muitos segmentos já haviam partido para o combate armado à ditadura. Mesmo que surgido por imposição dos próprios militares e carecendo de uma definição político-ideológica mais clara, o MDB não deixava de ser uma frente; lem-

brando que nesse período, é claro, o que mais repercutiu da política brasileira no Uruguai foi a atuação dos grupos guerrilheiros e as violações de direitos humanos⁶².

Distintas em sua natureza e origens, essas frentes não chegavam a formar um movimento amplo e articulado. Assinalavam, porém, que no enfrentamento de situações concretas, fosse para vencer uma batalha eleitoral, fosse para resistir a um Estado de exceção, a união de esforços era talvez o único caminho para os setores políticos mais progressistas e democráticos.

RESUMO

Em fevereiro de 1971, reunindo um heterogêneo grupo de forças políticas, criou-se a Frente Ampla (FA) uruguaia. A nova organização contava com os partidos Comunista, Socialista, Democrata-Cristão, além de vários outros segmentos progressistas. Os debates que precederam o surgimento dessa aliança foram marcados pela experiência vitoriosa da Unidade Popular (UP) no Chile. Assim, durante o processo de fundação da FA, vários dos envolvidos na iniciativa apropriaram-se do exemplo chileno buscando legitimar seus discursos e atuação; outros, porém, não julgavam a UP como um antecedente adequado à realidade do país, gerando polêmicas internas. Analiso neste artigo as discussões acerca da Unidade Popular no Uruguai, bem como o posicionamento dos integrantes da Frente Ampla envolvidos na questão.

PALAVRAS-CHAVE

Frente Ampla; Unidade Popular; Uruguai.

The unit of the Uruguayan left and the Chilean way to socialism: the importance of Unidade Popular in the Frente Ampla's creation.

ABSTRACT

In February 1971, gathering a group of heterogeneous political forces, the Uruguayan Frente Ampla (FA) was created. This new organization was composed by the Communist and Socialist parties, Democrat Christians and several other progressive sectors. The discussions that preceded the emergence of this alliance were marked by the successful experience of the Unidade Popular (UP) in Chile. Therefore, during the founding of the FA, several of those who were involved in the initiative, have appropriated the Chilean example by seeking to legitimize their speeches and actions; others, however, did not judge the UP as a suitable precedent to the reality of the country, generating internal controversies. I analyze in this article the discussions about the Unidade Popular in Uruguay, as well as the positioning that Frente Ampla's members have been involved in this question.

KEYWORDS

Frente Ampla; Unidade Popular; Uruguay.

NOTAS

¹ O presente artigo é parte do quarto capítulo de meu trabalho de doutorado: FERREIRA, André Lopes. *A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista – Unesp, Assis, 2011. A pesquisa contou com o apoio da Capes e do Programa de Doutorado com Estágio no Exterior (PDEE), realizado junto à Universidad de la República – Udelar, Uruguai.

² Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Assis. Contato do autor: alfunesp@bol.com.br.

³ Rodney Arismendi, eleito secretário-geral do Partido Comunista do Uruguai no XVI Congresso da organização em 1955, apresentou nessa oportunidade um informe cujo teor era claramente direcionado à política de frentes, um desdobramento de uma orientação do Movimento Comunista Internacional, inaugurada ainda nos anos 1930 pela Internacional Comunista. Ver: “Informe del Comité Nacional al XVI Congreso del Partido Comunista. Comisión Nacional de Propaganda. Montevideo, setiembre de 1955”. In: ARISMENDI, Rodney. *La construcción de la unidad de la izquierda*. Montevideo: Fundación Rodney Arismendi, 1999, p. 20.

⁴ Os partidos Colorado e Nacional (Blanco) foram fundados em 1836, pouco depois da independência uruguaia. Durante o século XIX, atuaram mais como bandos armados do que partidos no sentido usual desse termo, sendo que seus nomes se referem às cores vermelha e branca utilizadas em campo de batalha para se distinguirem. É difícil estabelecer uma linha divisória entre o que seria a base eleitoral de um e outro grupo, dada a semelhança de suas origens, igualmente rurais e caudilhescas. Já em termos programáticos é possível que apenas na passagem para o século XX tenha ocorrido uma diferenciação político-ideológica mais efetiva entre eles, principalmente com o advento do *batllismo* como corrente política entre os colorados. Como tendência geral, foi comum alguma hegemonia *blanca* nas regiões da campanha, interior do país, o que explicaria o caráter mais conservador da sigla e sua direção regionalizada. O Partido Colorado, por sua vez, acabou estabelecendo suas principais lideranças em Montevideu e, com o tempo, adquiriu um perfil mais urbano e cosmopolita. De qualquer modo, a fragmentação interna em ambas as legendas sempre foi imensa, havendo inúmeros sublemas que atuavam como partidos dentro dos partidos e que defendiam desde posições claramente progressistas até ideias de grande conservadorismo. CAETANO, Gerardo; RILLA, José. El sistema de partidos: raíces y permanencias. In: CAETANO, Gerardo *et al.* *De la tradición a la crisis*. Pasado y presente de nuestro sistema de partidos. Montevideo: Clae; EBO, 1991, p. 9-39.

⁵ Bases programáticas. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. *El Frente Amplio: historia y documentos*. Montevideo: EBO, 1985, p. 89-95.

⁶ SIRI, Ingrid *et al.* *El pueblo delibera: el Congreso del Pueblo veinte años después*. Montevideo: Centro Uruguay Independiente, 1985.

⁷ Da extensa obra de Vivian Trías, há alguns títulos especialmente dedicados ao tema do imperialismo e de sua relação com o terceiro mundo. Sobre o terceiromundismo, destaco o livro *La rebelión de las orillas*, coletânea de textos recolhidos de diversos jornais e revistas com os quais o autor contribuía. O trabalho que dá nome ao livro foi publicado, em 1956, em *El Sol*, órgão porta-voz do PS. Nesse volume encontram-se artigos sobre Paz Estenssoro, Patrice Lumumba e Nasser, entre outros assuntos. TRÍAS, Vivian. *La rebelión de las orillas*. Montevideo: EBO, 1989.

⁸ CHERONI, Alción. *Los partidos marxistas en el Uruguay: desde sus orígenes hasta 1973. Material de capacitación*. Montevideo: Claeh, 1984, p. 17-18.

⁹ “Primera carta al Partido Socialista. 25 abr. 1956”. In: ARISMENDI, Rodney. *Op. cit.*, p. 21-25. “Segunda carta al Partido Socialista. 2 out. 1956”. In: ARISMENDI, Rodney. *Op. cit.*, p. 26-36.

¹⁰ Em várias oportunidades o PCU apresentaria sua proposta de frente política nas páginas de *El Popular*, seu órgão oficial: Unión sin exclusiones y no fragmentación. *El Popular*, Montevideo, 2 jan. 1962, p. 3; La unión de izquierdas, su fuerza, y los principios. *El Popular*, Montevideo, 12 fev. 1962, p. 3.

¹¹ Unidad sin exclusiones, un mito. *El Sol*, Montevideo, 23 fev. 1962, p. 7.

¹² Respuesta a “El Sol”. *El Popular*, Montevideo, 27 set. 1962, p. 3.

¹³ Apoyar al F.I.DEL. para hacer avanzar la unidad. *El Popular*, Montevideo, 5 set. 1962, p. 3.

¹⁴ AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2002, p. 83-84.

¹⁵ *Ibidem*, p. 95-96.

¹⁶ *Ibidem*, p. 96.

¹⁷ MICHELINI, Luis. 4 preguntas a Juan Pablo Terra. *Marcha*, Montevideo, 12 dez. 1969, p. 11. Devido à grande repercussão dessa entrevista, o PDC a reproduziria no periódico *Flecha* dias mais tarde: La unidad, el camino de los opositores. Cuatro preguntas de ‘Marcha’ a Terra. *Flecha*, Montevideo, 22 dez. 1969, p. 8.

¹⁸ La división, una carta fracasada. *El Popular*, Montevideo, 15 dez. 1969, p. 4.

¹⁹ No decorrer de 1969 também o PDC fez menções à política chilena em *Flecha*, mas em princípio apenas com matérias de cunho informativo, sem traçar paralelos ou tirar conclusões para o Uruguai: Buscará acelerar la revolución. Radomiro Tomic es el candidato del P.D.C. chileno. *Flecha*, Montevideo, 1º set. 1969, p. 7.

²⁰ La división, una carta fracasada. *El Popular*, *op. cit.*

²¹ TERRA, Juan Pablo. “El P.D.C y las raíces del Frente”. *Cuadernos de Marcha*. Cristianos y marxistas, Frente Amplio, Montevideo, n. 47, marzo 1971, p. 14.

²² Diante da crescente mobilização estudantil contra seu governo, o presidente Jorge Pacheco Areco criou a chamada *Interventora*, comissão que pôs fim à autonomia dos

Conselhos de Educação Secundária e também da Universidade do Trabalho do Uruguai (UTU). No auge desse processo, os interventores decretaram o fim antecipado do ano letivo de 1970, em 28 de agosto, como forma de conter a radicalização entre os estudantes. 12 de fevereiro de 1970: “O Poder Executivo decreta a intervenção do Ensino Secundário e da UTU, com Conselhos Interventores. A crise do ensino se arastava há vários anos através de diferentes tentativas do Executivo para cercear sua autonomia”. FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Los años duros: cronología documentada (1964-1973)*. Montevideo: Monte Sexto, 1987, p. 100.

²³ Durante esse período, o MLN passa a realizar os chamados tribunais populares. “Foram alvos dessa prática o inspetor de polícia Héctor Morán Charquero (13 de abril de 1970), denunciado por realizar torturas durante os interrogatórios de detentos, e Dan Mitrione (10 de agosto de 1970), um dos chefes da equipe de conselheiros do Programa de Segurança Pública subordinado à Agência Internacional para o Desenvolvimento.” BROQUETAS SAN MARTÍN, Magdalena. “Liberalización económica, dictadura y resistencia”. In: FREGA, Ana *et al.* *Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)*. Montevideo: EBO, 2007, p. 179.

²⁴ Ampliar la unidad de acción. *El Oriental*, Montevideo, 29 maio 1970, p. 3. (Grifo meu.)

²⁵ Os números finais da eleição foram os seguintes: Salvador Allende – UP: 1.070.334 votos (36,2%); Jorge Alessandri – Partido Nacional: 1.031.159 votos (34,9%); Radomiro Tomic – PDC: 821.801 votos (27,8%) e votos brancos e nulos totalizaram 31.505 (1,1%). ANGELL, Alan. “Chile, 1958-1990”. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina. El cono sur desde 1930*. Barcelona: Crítica, 2001, p. 278, v. 15.

²⁶ AGGIO, Alberto. *Op. cit.*, p. 111.

²⁷ “As dificuldades que Allende encontrou como presidente foram agravadas pela falta de disciplina e a fragmentação interna de seu próprio Partido Socialista. Desde que em seu congresso de 1967 o partido declarou que ‘a violência revolucionária é inevitável e necessária’, havia setores importantes do partido que apoiavam, ao menos em teoria, a ‘via insurrecional’ em lugar da ‘via pacífica’. E havia grupos fora do Partido Socialista, em especial o MIR, que praticavam o que recomendavam alguns dos socialistas de esquerda. A atitude ambivalente de alguns destacados políticos socialistas diante das atividades do MIR, bem como da legitimidade da violência revolucionária, colocava o governo Allende em uma situação embaraçosa e dava à direita a oportunidade de criar temores a respeito das intenções do conjunto da UP. Tais temores não eram atenuados nem pelo tom da propaganda da esquerda nem da direita.” ANGEL, A. *Op. cit.*, p. 280.

²⁸ “*EL DÍA* advertia, em 3/9, que ‘uma definição favorável à coalizão allendista seria simplesmente deplorável para o destino de uma América Latina conturbada por manifestações criminosas’. Conhecidos os resultados, *ACCIÓN* dizia: ‘O resultado comprova novamente os mais altos valores da democracia, pois demonstra que (...) ainda quem não crê [nela] pode um dia alcançar o poder se a vontade popular impõe

a lei da maioria'. (26/10) *EL PAÍS*, muito mais duro, anunciava 'nuvens carregadas de preocupação [no] horizonte chileno [...] Porque a democracia protege e sempre abre possibilidades a seus inimigos. Quando estes triunfam qual proteção e quais possibilidades dão aos democratas? [...] (6/9) 'As opções lançadas são de que governe uma cúpula dominada pelo comunismo (...) ou que a última palavra seja dada por um amigo íntimo de F. Castro e admirador de Mao Tsé-tung e de Ho Chi Minh. Lindo panorama!, (20/10)" PERDOMO, Carolina. "¡Lindo panorama!". In: MACHADO, Carlos (Coord.). *Desde las rotativas: cincuenta años de historia (1950-1999)*. Montevideo: Brecha; Fundación Vivian Trías, 2006, p. 35. (Grifos meus.)

²⁹ La candidatura de Unidad Popular en Chile. *El Popular*, Montevideo, 25 jan. 1970, p. 4.

³⁰ *Idem*.

³¹ *Idem*.

³² VALENTI, Esteban. *Esteban Valenti*: depoimento [nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevideú, 2008. Um arquivo de áudio. WVA (37 min.). (Grifo meu.)

³³ PÉREZ ANTÓN, Romeo. *Romeo Pérez Antón*: depoimento [nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevideú, 2008. Um arquivo de áudio. WVA (1h49min.). (Grifo meu.)

³⁴ Na ocasião da entrevista, novembro de 2008, Baráibar era senador pela Frente Ampla.

³⁵ BARÁIBAR, Carlos. *Carlos Baráibar*: depoimento [nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevideú, 2008. Um arquivo de áudio. WVA (17 min.).

³⁶ "Flecha" entrevista a Radomiro Tomic. *Flecha*, Montevideo, 19 jan. 1970, p. 8.

³⁷ *Idem*.

³⁸ *Idem*.

³⁹ *Idem*.

⁴⁰ TERRA, Juan Pablo. *Mística, desarrollo y revolución*. Montevideo: Librosur, 1985, p. 73-97.

⁴¹ Una unidad amplia y profunda, surgida de las raíces del pueblo chileno. Reportaje telefónico al candidato presidencial de la Unidad Popular. *El Popular*, Montevideo, p. 1, 27 jan. 1970.

⁴² *Idem*. (Grifo meu.)

⁴³ Declaración constitutiva. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. *Op. cit.*, p. 85-88.

⁴⁴ Chile: las raíces de la victoria. *El Oriental*, Montevideo, 11 set. 1970, p. 3.

⁴⁵ "SALVADOR ALLENDE. Santiago do Chile. Partido Socialista Uruguaio comemora vosso triunfo como fato transcendente na luta libertadora da América Latina. José Pedro Cardoso.

Senador ANICETO RODRÍGUEZ. Santiago do Chile. Partido Socialista Uruguaio com alegria e confiança no futuro parabeniza o partido irmão pelo triunfo companheiro Allende. José Pedro Cardoso.” Telegramas a Chile. *El Oriental*, Montevideo, 11 set. 1970, p. 11.

⁴⁶ El triunfo de la Unidad Popular en Chile y nuestra realidad. *El Oriental*, Montevideo, 11 set. 1970, p. 11.

⁴⁷ *Idem*.

⁴⁸ FAGÚNDEZ RAMOS, Carlos; MACHADO FERRER, Martha. *Op. cit.*, p. 49.

⁴⁹ URIBE, Hernán. Chile: Allende reafirma su programa de acción. *El Oriental*, Montevideo, 9 out. 1970, p. 12.

⁵⁰ “Uma numerosa delegação do Partido Socialista Uruguaio, chefiada pelo secretário-geral da referida organização, companheiro José E. Díaz, e o membro do CEN, companheiro Nelson Salle, e que incluía diversos militantes de Montevideu e Interior, estudantes, trabalhadores universitários e professores, esteve presente nos atos realizados no Chile a propósito da transmissão do mandato presidencial. *Convidados pelo Partido Socialista irmão, ao qual pertence o novo Presidente, companheiro Salvador Allende, participaram de diversos atos organizados pela referida organização e de atos oficiais.*” El Partido Socialista uruguayo en Chile. *El Oriental*, Montevideo, p. 2, 13 nov. 1970. (Grifo meu.)

⁵¹ DÍAZ, José Enrique. *José Enrique Díaz: depoimento* [nov. 2008]. Entrevistador: André Lopes Ferreira. Montevideu, 2008. Um arquivo de áudio. WVA (58 min.). (Grifo meu.)

⁵² Chile: ejemplo y esperanza. *Marcha*, Montevideo, p. 1, 11 set. 1970.

⁵³ Oscar Bruschera é o que se pode definir como um homem da academia. Professor universitário, historiador, analista político e assíduo articulista de *Marcha*, também foi uma das personalidades fundadoras da Frente Ampla. Eleito deputado da coalizão por Montevideu, em 1971, era membro do *Grupo de Independientes “Grito de Asencio”*. AGUIRRE BAYLEY, Miguel. *Frente Amplio. La admirable alarma de 1971. Historia y documentos*. Montevideo: Ediciones Cauce, 2005, p. 70.

⁵⁴ BRUSCHERA, Oscar. Una victoria para celebrar, muchas enseñanzas para recoger. *Marcha*, Montevideo, 11 set. 1970, p. 7.

⁵⁵ *Idem*.

⁵⁶ *Idem*.

⁵⁷ *Idem*.

⁵⁸ *Idem*.

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ MICHELINI, Luis. Collazo: por un frente de liberación nacional. *Marcha*, Montevideo, 18 set. 1970, p. 9.

⁶¹ Teórico e Secretário-geral do PCU, Rodney Arismendi escreveu vários textos nessa perspectiva: ARISMENDI, Rodney. *A revolução latino-americana*. Antologia de textos (1970-1974). Lisboa: Edições Avante, 1977; ARISMENDI, Rodney. “Problemas de uma revolução continental”. In: LÖWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 393-400.

⁶² Em 1970, o Partido Socialista publicou em *El Oriental* uma série de matérias sobre a ditadura e os grupos de esquerda brasileiros. Os textos eram geralmente assinados por *Pedro Pedreiro*, provavelmente um pseudônimo inspirado na canção homônima de Chico Buarque: El escuadrón de la muerte en Brasil. *El Oriental*, Montevideo, 29 maio 1970, p. 13; Los presos políticos en Brasil. *El Oriental*, 3 jul. 1970, p. 12; Los grupos revolucionarios de hoy. *El Oriental*, 7 ago. 1970, p. 12; Quien lucha en el Brasil de hoy. *El Oriental*, 16 out. 1970, p. 13-14.